



31732597



08027.000291/2025-14



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos  
Gabinete da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos  
Área de Assessoria da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos

OFÍCIO Nº 432/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ

Brasília, na data da assinatura.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Federal Carlos Veras  
Primeiro-Secretário  
Câmara dos Deputados  
70160-900 - Brasília - DF

**Assunto:** Requerimento de Informação Parlamentar nº 1070/2025, de autoria do Deputado Marcos Pollon (PL/MS)

**Referência:** Ofício 1ªSec/RI/E/nº 143

Senhor Primeiro-Secretário,

Reporto-me ao Requerimento de Informação nº 1070/2025, de autoria do Deputado Federal Marcos Pollon (PL/MS), para encaminhar a NOTA TÉCNICA Nº 16/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ, elaborada pela Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos (SAL), área técnica deste Ministério da Justiça e Segurança Pública, a fim de subsidiar resposta ao i. parlamentar.

Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**RICARDO LEWANDOWSKI**  
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 18/06/2025, às 17:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **31732597** e o código CRC **1E1EAD10**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**Anexo:**

a) NOTA TÉCNICA Nº 16/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ (31690159).

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000291/2025-14

SEI nº 31732597

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º Andar, Sala 436, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3223 - [www.gov.br/mj/pt-br](http://www.gov.br/mj/pt-br)

Para responder, acesse <http://sei.protocolo.mj.gov.br>



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025**  
(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Sr. Ricardo Lewandowski, para prestar esclarecimentos a respeito da decisão de estabelecer sigilo de 100 anos sobre o seu cartão de vacinação, conforme amplamente divulgado pela imprensa.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações a respeito da decisão de estabelecer sigilo de 100 anos sobre o seu cartão de vacinação, conforme amplamente divulgado pela imprensa<sup>1</sup>.

Diante da relevância do tema e de seu impacto direto sobre os direitos fundamentais de acesso à informação e à transparência pública, solicito as seguintes informações:

1. Quais os fundamentos legais e constitucionais que embasaram a decisão do Ministro Ricardo Lewandowski de impor sigilo de 100 anos sobre o seu cartão de vacinação?

---

<sup>1</sup> <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/03/21/apos-criticas-por-fala-sobre-policia-prender-mal-lewandowski-afirma-que-a-policia-brasileira-e-altamente-eficiente.ghtml>

<https://www.metropoles.com/colunas/tacio-lorran/lewandowski-cartao-vacina>





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 01/04/2025 17:23:15.950 - Mesa

RIC n.1070/2025

2. Quais são os critérios utilizados para classificar informações como sigilosas por 100 anos, especificamente no contexto de documentos relacionados à saúde pública?
3. O Governo Federal foi consultado ou envolvido de alguma forma na decisão que resultou na imposição de sigilo sobre documentos relacionados à vacinação? Caso afirmativo, de que maneira o Governo se posicionou sobre a medida?
4. Existe alguma previsão ou diretriz do Governo Federal para o tratamento de documentos públicos relacionados à vacinação e à saúde pública visando garantir a transparência?
5. Quais são as implicações dessa decisão para o acesso da população a informações relacionadas à vacinação e à saúde pública? A medida pode criar precedentes para o sigilo de outros documentos relacionados à saúde ou a outros setores públicos?

### JUSTIFICATIVA

A recente decisão do Ministro Ricardo Lewandowski, que impôs um sigilo de 100 anos sobre o seu cartão de vacinação, gerou uma onda de discussões e críticas em diversas esferas da sociedade. Tal medida foi amplamente debatida pela imprensa e por especialistas em direito, especialmente por se tratar de uma decisão que envolve a aplicação de um sigilo de longa duração, que, no contexto atual, representa uma grande exceção à regra de transparência pública.

Primeiramente, é importante destacar que a Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 5º, assegura o direito de acesso à informação, o que implica uma obrigação do Estado em garantir a transparência em suas ações. A imposição de um sigilo de 100 anos sobre documentos públicos, especialmente aqueles relacionados à saúde pública, pode ser vista como uma afronta a esse direito fundamental de acesso à informação, que é um dos pilares de uma democracia sólida e de um Estado que se pretende responsável perante seus cidadãos.





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 01/04/2025 17:23:15.950 - Mesa

RIC n.1070/2025

Além disso, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) estabelece que informações públicas devem ser acessíveis a qualquer pessoa, com exceção de dados que envolvam sigilos de natureza específica, como dados pessoais sensíveis. No entanto, o prazo de 100 anos é extremamente longo e dificilmente pode ser justificado com base na legislação vigente, que em princípio considera sigilos muito mais restritos e temporários, além de oferecer mecanismos claros de revisão de documentos sigilosos.

O sigilo sobre documentos de saúde, como o cartão de vacinação, também representa um risco à transparência na gestão pública de políticas de saúde. A vacinação é um tema de grande relevância nacional, principalmente no cenário atual, em que o Brasil ainda enfrenta os desdobramentos da pandemia de COVID-19 e outras questões de saúde pública. O controle social sobre as políticas públicas de saúde exige que a população tenha acesso a informações claras e acessíveis sobre como o governo tem conduzido suas ações, como os dados de vacinação, que são fundamentais para o planejamento e execução dessas políticas.

Ao manter sigilo sobre o cartão de vacinação, o Estado dificulta o acompanhamento da população sobre o andamento das ações de vacinação, que são fundamentais para a proteção da saúde pública. A transparência sobre esses dados é essencial para que os cidadãos possam compreender se as medidas adotadas pelo governo estão sendo efetivas ou se há falhas no processo. Sem essa informação, a confiança da população nas políticas públicas de saúde pode ser comprometida.

É importante também observar que o sigilo excessivo pode gerar desconfiança na sociedade. A falta de clareza sobre as razões que justificam o sigilo pode ser interpretada como uma tentativa de esconder informações que poderiam ser do interesse público. Esse tipo de medida pode abrir um precedente perigoso para a imposição de sigilos em outros documentos e dados que envolvam a gestão pública e o acesso à informação pela sociedade.

A decisão de impor um sigilo de 100 anos também pode afetar o direito da sociedade em fiscalizar e acompanhar as ações do governo. O controle social é uma característica fundamental de um sistema democrático, e a transparência é uma ferramenta essencial para que a sociedade exerça esse controle. Ao restringir o acesso a



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254340092700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon



\* C D 2 5 4 3 4 0 0 9 2 7 0 0 \*



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

informações públicas, como é o caso do cartão de vacinação, o governo cria uma barreira para o exercício pleno da cidadania, limitando a capacidade da população de tomar decisões informadas sobre sua saúde e seu bem-estar.

Ademais, é necessário refletir sobre o impacto que essa decisão pode ter no acesso futuro de informações para novas gerações. O sigilo de 100 anos impede que cidadãos e órgãos governamentais, no futuro, possam ter acesso a dados que hoje são essenciais para a compreensão do passado e a construção de políticas públicas mais eficientes. O histórico de vacinação, por exemplo, pode ser fundamental para a formulação de estratégias de saúde pública no futuro, e a imposição de sigilo de longo prazo sobre esses dados cria obstáculos para essa continuidade.

Outro ponto importante é que o acesso à informação é uma ferramenta crucial para garantir a qualidade do debate público e a participação cidadã. A transparência sobre políticas públicas, especialmente as relacionadas à saúde, permite que a sociedade participe ativamente na formulação e execução dessas políticas, garantindo que elas atendam às necessidades reais da população. A imposição de sigilo em documentos importantes, como o cartão de vacinação, pode enfraquecer o debate público e a construção de soluções coletivas.

Além disso, a decisão de impor sigilo de longa duração sobre documentos de saúde pode prejudicar a imagem do Brasil no cenário internacional. Países que prezam pela transparência e pelo direito de acesso à informação têm maior confiança da comunidade internacional, especialmente em áreas sensíveis como saúde pública. A imposição de sigilos prolongados pode ser vista como um retrocesso no compromisso do Brasil com os princípios de boa governança e democracia.

O sigilo de 100 anos também é uma medida que, ao ser aplicada de forma isolada, gera insegurança jurídica. Para que o sigilo de documentos públicos tenha legitimidade, é necessário que haja critérios claros e consistentes que justifiquem tal decisão. A falta de uma explicação pública sobre os motivos dessa escolha pode levar à especulação e à percepção de arbitrariedade por parte das autoridades competentes.

Por fim, a sociedade brasileira precisa de um governo que seja transparente e responsável. O sigilo excessivo e prolongado, especialmente sobre dados relacionados à





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

saúde pública, prejudica a construção de uma relação de confiança entre os cidadãos e as autoridades governamentais. A transparência nas ações do governo é a base para a criação de um ambiente de confiança mútua, fundamental para a efetividade das políticas públicas e para o fortalecimento da democracia.

Diante disso, é fundamental que esta Casa Legislativa receba informações claras e precisas sobre os motivos dessa decisão, para que possamos avaliar adequadamente as consequências dessa medida e tomar as providências necessárias para garantir que o direito de acesso à informação e a transparência pública sejam plenamente respeitados.

Sala das Sessões, em \_\_ de março de 2025.

**Deputado Federal Marcos Pollon**

**PL-MS**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254340092700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon



\* C D 2 5 4 3 4 0 0 9 2 7 0 0 \*

RIC n.1070/2025



31732671



08027.000291/2025-14



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos  
Área de Assessoria da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos

DESPACHO Nº 337/2025/ASSESSORIA-SAL/GAB-SAL/SAL

Destino: **Carlos Veras - Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados**

Assunto: **Requerimento de Informação Parlamentar nº 1070/2025**

Interessado: **Deputado Marcos Pollon (PL/MS)**

De ordem, encaminho à DIPROT para envio dos documentos abaixo listados ao Sr. Carlos Veras, Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, por intermédio do e-mail [ric.primeirasecretaria@camara.leg.br](mailto:ric.primeirasecretaria@camara.leg.br):

- a) RIC nº 1070/2025, de autoria do Deputado Marcos Pollon (31196643);
- b) OFÍCIO Nº 432/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ (31732597);
- c) NOTA TÉCNICA Nº 16/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ (31690159).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Rodrigues Grego (PST)**, Prestador(a) de Serviço de Técnico(a) em Secretariado, em 18/06/2025, às 15:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **31732671** e o código CRC **45324344**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.



31690159



08027.000291/2025-14



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos  
Área de Assessoria da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos

**NOTA TÉCNICA Nº 16/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08027.000291/2025-14****INTERESSADO: DEPUTADO FEDERAL - MARCOS POLLON****1. RELATÓRIO**

1.1. Trata-se do Requerimento de Informação nº 1070, de 2025, de autoria do Deputado Federal Marcos Pollon (PL/MS), encaminhado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por intermédio do Ofício 1<sup>ª</sup>Sec/RI/E/nº 143, de 12 de maio de 2025. O citado Requerimento de Informação foi encaminhado ao Gabinete do Ministro, à Ouvidoria-Geral e à Assessoria de Comunicação Social, por meio do OFÍCIO CIRCULAR Nº 80/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ (31196646), para conhecimento.

1.2. O Deputado Federal solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre a *“decisão de estabelecer sigilo de 100 anos sobre o seu cartão de vacinação, conforme amplamente divulgado pela imprensa”*, nos seguintes termos:

1. Quais os fundamentos legais e constitucionais que embasaram a decisão do Ministro Ricardo Lewandowski de impor sigilo de 100 anos sobre o seu cartão de vacinação?
2. Quais são os critérios utilizados para classificar informações como sigilosas por 100 anos, especificamente no contexto de documentos relacionados à saúde pública?
3. O Governo Federal foi consultado ou envolvido de alguma forma na decisão que resultou na imposição de sigilo sobre documentos relacionados à vacinação? Caso afirmativo, de que maneira o Governo se posicionou sobre a medida?
4. Existe alguma previsão ou diretriz do Governo Federal para o tratamento de documentos públicos relacionados à vacinação e à saúde pública, visando garantir a transparência?
5. Quais são as implicações dessa decisão para o acesso da população a informações relacionadas à vacinação e à saúde pública? A medida pode criar precedentes para o sigilo de outros documentos relacionados à saúde ou a outros setores públicos?

1.3. É o que basta relatar.

**2. ANÁLISE**

2.1. De acordo com a Constituição Federal, compete aos Ministros de Estado exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência (art. 87, parágrafo único, inciso I). Os Ministros de Estado, ademais, podem ser convocados, pelas Comissões do Congresso Nacional, para *prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições* (art. 58, §2º, inciso III). No mesmo sentido, o art. 50, §2º, destaca que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações aos Ministros de Estado.

2.2. Por sua vez, o artigo 50 da Constituição Federal e os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ao regulamentarem o Requerimento de Informação a Ministro de Estado, estabelecem que:

**Constituição Federal**

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

(...)

§ 2º - As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

**Regimento Interno da Câmara dos Deputados**

Art. 115. Serão escritos e despachados no prazo de cinco sessões, pelo Presidente, ouvida a Mesa, e publicados com a respectiva decisão no Diário da Câmara dos Deputados, os requerimentos que solicitem:

I - informação a Ministro de Estado;

(...)

Art. 116. Os pedidos escritos de informação a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhados pelo Primeiro-Secretário da Câmara, observadas as seguintes regras:

I - apresentado requerimento de informação, se esta chegar espontaneamente à Câmara ou já tiver sido prestada em resposta a pedido anterior, dela será entregue cópia ao Deputado interessado, caso não tenha sido publicada no Diário da Câmara dos Deputados, considerando-se, em consequência, prejudicada a proposição;

II - os requerimentos de informação somente poderão referir-se a ato ou fato, na área de competência do Ministério, incluídos os órgãos ou entidades da administração pública indireta sob sua supervisão:

- a) relacionado com matéria legislativa em trâmite, ou qualquer assunto submetido à apreciação do Congresso Nacional, de suas Casas ou Comissões;
  - b) sujeito à fiscalização e ao controle do Congresso Nacional, de suas Casas ou Comissões;
  - c) pertinente às atribuições do Congresso Nacional;
- III - **não cabem**, em requerimento de informação, **providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige;** (destaque nosso)

2.3. Nos termos da **Lei 14.600, de 19 de junho de 2023**, compete ao Ministério da Justiça e Segurança Pública o que segue:

Art. 35. Constituem áreas de competência do Ministério da Justiça e Segurança Pública:

- I - defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais;
- II - política judiciária;
- III - políticas de acesso à justiça;
- IV - diálogo institucional com o Poder Judiciário e demais órgãos do sistema de justiça, em articulação com a Advocacia-Geral da União;
- V - articulação, coordenação, supervisão, integração e proposição das ações do governo e do Sisnad quanto à:
  - a) prevenção e repressão a crimes, a delitos e a infrações relacionados às drogas lícitas e ilícitas;
  - b) educação, informação e capacitação com vistas à prevenção e redução do uso, do uso problemático ou da dependência de drogas lícitas e ilícitas;
  - c) reinserção social de pessoas com problemas decorrentes do uso, do uso problemático ou da dependência do álcool e outras drogas; e
  - d) manutenção e atualização do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas;
- VI - defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor;
- VII - nacionalidade, migrações e refúgio;
- VIII - ouvidoria-geral do consumidor e das polícias federais;
- IX - prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo;
- X - cooperação jurídica internacional;
- XI - coordenação de ações para combate a infrações penais em geral, com ênfase em crime organizado e em crimes violentos;
- XII - coordenação e promoção da integração da segurança pública no território nacional, em cooperação com os entes federativos;
- XIII - execução das atividades previstas no **§ 1º do art. 144 da Constituição Federal**, por meio da polícia federal;
- XIV - execução da atividade prevista no **§ 2º do art. 144 da Constituição Federal**, por meio da polícia rodoviária federal;
- XV - política de organização e manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, nos termos do **inciso XIV do caput do art. 21 da Constituição Federal**;
- XVI - defesa dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da administração pública federal indireta;
- XVII - coordenação do Sistema Único de Segurança Pública;
- XVIII - planejamento, coordenação e administração da política penal nacional;
- XIX - promoção da integração e da cooperação entre os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais e articulação com os órgãos e as entidades de coordenação e supervisão das atividades de segurança pública;
- XX - estímulo e propositura aos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais de elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, com o objetivo de prevenir e reprimir a violência e a criminalidade;
- XXI - desenvolvimento de estratégia comum baseada em modelos de gestão e de tecnologia que permitam a integração e a interoperabilidade dos sistemas de tecnologia da informação dos entes federativos, nas matérias afetas ao Ministério;
- XXII - planejamento, administração, promoção da integração e da cooperação entre os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais e articulação com os órgãos e as entidades de coordenação e supervisão das atividades de políticas penais;
- XXIII - tratamento de dados pessoais;
- XXIV - assistência ao Presidente da República em matérias não relacionadas a outro Ministério; e
- XXV - reconhecimento e demarcação das terras e dos territórios indígenas.

2.4. Em relação ao Requerimento de Informação em epígrafe, verifica-se que **o seu conteúdo é idêntico ao Requerimento de Informação nº 990/2025, do mesmo autor, qual seja, o Deputado Marcos Pollon (PL/MS)**, encaminhado via Ofício 1ºSec/RI/E/nº 111 (31495752), já respondido.

2.5. Como se pode ver do excerto transcrito abaixo, **as perguntas** endereçadas via RIC 1070 **são rigorosamente iguais** aos questionamentos constantes do RIC 990/2025, *in verbis*:

RIC 1070/2025	RIC 990/2025
1. Quais os fundamentos legais e constitucionais que embasaram a decisão do Ministro Ricardo Lewandowski de impor sigilo de 100 anos sobre o seu cartão de vacinação?	1. Quais os fundamentos legais e constitucionais que embasaram a decisão do Ministro Ricardo Lewandowski de impor sigilo de 100 anos sobre o cartão de vacinação de um cidadão?
2. Quais são os critérios utilizados para classificar informações como sigilosas por 100 anos, especificamente no contexto de documentos relacionados à saúde pública?	2. Quais são os critérios utilizados para classificar informações como sigilosas por 100 anos, especificamente no contexto de documentos relacionados à saúde pública?
3. O Governo Federal foi consultado ou envolvido de alguma forma na decisão	3. O Governo Federal foi consultado ou envolvido de alguma forma na decisão

que resultou na imposição de sigilo sobre documentos relacionados à vacinação? Caso afirmativo, de que maneira o Governo se posicionou sobre a medida?	que resultou na imposição de sigilo sobre documentos relacionados à vacinação? Caso afirmativo, de que maneira o Governo se posicionou sobre a medida?
4. Existe alguma previsão ou diretriz do Governo Federal para o tratamento de documentos públicos relacionados à vacinação e à saúde pública visando garantir a transparência?	4. Existe alguma previsão ou diretriz do Governo Federal para o tratamento de documentos públicos relacionados à vacinação e à saúde pública, visando garantir a transparência, sem prejudicar os direitos de privacidade dos cidadãos?
5. Quais são as implicações dessa decisão para o acesso da população a informações relacionadas à vacinação e à saúde pública? A medida pode criar precedentes para o sigilo de outros documentos relacionados à saúde ou a outros setores públicos?	5. Quais são as implicações dessa decisão para o acesso da população a informações relacionadas à vacinação e à saúde pública? A medida pode criar precedentes para o sigilo de outros documentos relacionados à saúde ou a outros setores públicos?

2.6. Dessa forma, considera-se **prejudicada** a presente solicitação, uma vez que Requerimento de Informação idêntico já foi respondido a essa Casa em data recente (14/05/2025), conforme comprova documento anexo (recibo - 31703471), tendo em vista a vedação contida no inciso I do art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, *litteris*:

Art. 116. Os pedidos escritos de informação a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhados pelo Primeiro-Secretário da Câmara, observadas as seguintes regras:

I - apresentado requerimento de informação, se esta chegar espontaneamente à Câmara ou já tiver sido prestada em resposta a pedido anterior, dela será entregue cópia ao Deputado interessado, caso não tenha sido publicada no Diário da Câmara dos Deputados, considerando-se, em consequência, prejudicada a proposição:  
(destaque nosso)

2.7. Cabe, ainda, salientar que outro requerimento com igual solicitação, qual seja, informações sobre o cartão de vacinação do Senhor Ministro, também foi recebido nesta pasta e, igualmente, respondido. Trata-se do RIC de nº 522/2025, do Deputado Evair Vieira de Melo, conforme comprova o recibo enviado pela Primeira-Secretaria da Mesa da Câmara dos Deputados, em anexo (31703353).

2.8. Registre-se, por fim, que esta não é a primeira oportunidade que o i. parlamentar encaminha requerimentos de idêntico teor a este Ministério, haja vista o Requerimento de Informação de nº 1545/2024 com o mesmo conteúdo do Requerimento de Informação de nº 1376/2024, devidamente atendidos.

### 3. CONCLUSÃO

3.1. São essas as informações que se submete ao Exmo. Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, para envio à Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados, em resposta ao RIC nº 1070, de 2025.

Brasília, 20 de maio de 2025.

BETINA GÜNTHER SILVA

Assessora Especial do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Betina Gunther Silva, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 13/06/2025, às 16:51, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **31690159** e o código CRC **A531E9DB**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.